

# Geopolítica no Século XXI: Revisitando Haushofer

Tenente-coronel  
Jorge Manuel Dias Sequeira



## Introdução

A organização do espaço internacional continua a constituir um dos eixos centrais da análise geopolítica. Apesar das profundas transformações tecnológicas, económicas e normativas ocorridas desde o final da Guerra Fria, a dimensão espacial do poder mantém-se decisiva na estruturação da ordem internacional, condicionando opções estratégicas, alianças, dinâmicas de cooperação e padrões de conflito. Longe de perder relevância, o espaço permanece um fator estruturante da competição internacional, ainda que mediado por instrumentos económicos, tecnológicos e institucionais cada vez mais complexos (Agnew, 2003; Dodds, 2014).

Neste contexto, conceitos clássicos da geopolítica - frequentemente considerados ultrapassados ou comprometidos pelo seu enquadramento histórico - podem, quando criticamente revisitados e depurados dos seus pressupostos normativos, oferecer instrumentos analíticos úteis para a compreensão das dinâmicas contemporâneas. É neste quadro que se insere o conceito de pan-região, desenvolvido por Karl Haushofer no período entre guerras. Para Haushofer, as pan-regiões correspondiam a grandes espaços geopolíticos relativamente autónomos, organizados em torno de uma potência diretora capaz de articular recursos, segurança e projeção estratégica. Estas regiões possuíam igualmente um horizonte normativo explícito: a criação de um equilíbrio estrutural entre

grandes regiões de poder, concebido como condição para a redução da competição sistémica e para a emergência de uma forma de paz baseada na estabilidade geopolítica. Tratava-se, assim, de uma conceção de paz fundada no equilíbrio espacial, e não num enquadramento jurídico ou liberal da ordem internacional (Haushofer, 1939, pp. 3-15).

A associação histórica da Geopolitik alemã ao expansionismo do Terceiro Reich conduziu, no pós-1945, ao afastamento quase total deste tipo de abordagem do debate académico dominante. Contudo, o desaparecimento do conceito não implicou o desaparecimento da lógica que o sustentava. A competição pela organização de grandes espaços estratégicos continua a marcar o sistema internacional, ainda que sob formas adaptadas às condições do século XXI. Essa lógica manifesta-se hoje através de instrumentos económicos, financeiros, tecnológicos, institucionais e discursivos, mais subtis do que os mecanismos clássicos de expansão territorial.

Exemplos claros dessa dinâmica podem ser identificados na Iniciativa Belt and Road da China, no reposicionamento estratégico da Federação Russa após a guerra com a Ucrânia e na estratégia norte-americana para o Indo-Pacífico e para a gestão da ordem internacional. Estes casos ilustram esforços deliberados de moldagem regional e de estruturação de grandes espaços de influência. Em contraste, observa-se a persistente ausência de um espaço euro-africano politicamente coerente, apesar da centralidade económica da Alemanha e do potencial estratégico combinado da Europa e de África.

O presente artigo propõe, assim, uma reinterpretação crítica e não determinista do conceito de pan-região. Este é mobilizado como ferramenta analítica da geopolítica, e não como modelo normativo a reproduzir. A questão central que orienta a análise é a seguinte: de que modo a lógica das pan-regiões se manifesta no sistema internacional contemporâneo e que fatores explicam a consolidação funcional de algumas grandes regiões de poder, em contraste com a permanência de outras em estado incompleto ou estruturalmente bloqueado?

Defende-se que a ordem internacional contemporânea é marcada pela coexistência de grandes regiões de poder em diferentes estádios de consolidação. Algumas destas regiões apresentam elevados níveis de coerência funcional e capacidade de projeção estratégica; outras permanecem politicamente fragmentadas, dependentes ou incapazes de afirmar uma direção regional clara. Esta organização desigual afasta-se do ideal haushoferiano de equilíbrio entre pan-regiões relativamente autónomas e contribui para explicar a persistência de instabilidade estrutural no sistema internacional.

No plano conceptual, o artigo adota a definição de geopolítica proposta por Carlos Manuel Mendes Dias, reconhecida na academia portuguesa. Para este autor, a Geopolítica constitui o “estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem ou que dele sofre efeito intencional que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de Poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e actividade da Ciência Política, com influência na acção externa dos diferentes intervenientes da Sociedade Internacional” (Dias, 2018, p. 42). Esta conceção afasta-se de leituras deterministas do espaço, entendendo a Geopolítica como um instrumento analítico

destinado a compreender a articulação entre espaço, poder e decisão política. É neste sentido que o conceito de pan-região é mobilizado ao longo do artigo, enquanto instrumento heurístico para interpretar as dinâmicas espaciais da ordem internacional contemporânea, sem qualquer pretensão normativa.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa e comparativa, combinando revisão crítica da literatura geopolítica e de estudos regionais com a análise de documentos estratégicos e a comparação de três estudos de caso. Esta opção segue a lógica da investigação orientada para a identificação de padrões e dinâmicas sistêmicas, privilegiando os efeitos estruturais da organização espacial do poder e evitando a atribuição de intenções causais diretas a atores específicos (George & Bennett, 2005). A cartografia e os conceitos mobilizados desempenham, assim, uma função heurística, destinada a apoiar a interpretação geopolítica da ordem internacional contemporânea.

## **1. Enquadramento Teórico: Haushofer, Pan-Regiões e Organização Espacial**

Karl Haushofer concebeu as pan-regiões como grandes espaços geopolíticos estruturados em torno de Estados-diretores, dotados de capacidade efetiva para orientar politicamente e estruturar economicamente a região sob a sua influência. Inspirado pela geografia política de Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén, Haushofer atribuía ao espaço um papel central na sobrevivência, segurança e projeção do Estado, valorizando em particular o poder terrestre enquanto fundamento da autonomia estratégica (Agnew, 2003, pp. 91-95; Dodds, 2014, pp. 32-35).

Na sua obra *Geopolítica das Ideias Continentalistas* (1931), Haushofer desenvolveu uma teoria de organização do mundo assente na divisão do globo em quatro grandes pan-regiões, definidas como “divisões do mundo em grandes áreas, com uma orientação no sentido dos meridianos” (Sequeira, 2014, pp. 287-317). Estas pan-regiões obedeciam a três condições essenciais: dispor de recursos suficientes, de uma base populacional adequada e de acesso ao mar, requisitos considerados indispensáveis para assegurar autonomia estratégica e viabilidade económica de longo prazo.

As quatro pan-regiões identificadas por Haushofer – Pan-América, Pan-Euro-África, Pan-Rússia e Pan-Ásia Oriental – pretendiam assegurar uma divisão funcional do mundo que reduzisse a probabilidade de conflitos sistêmicos, através da coexistência de grandes espaços relativamente autónomos, cada um organizado em torno de um Estado-diretor (Haushofer, 1939; O’Loughlin & van der Wusten, 1990). Apesar das críticas posteriores dirigidas ao determinismo geográfico e à instrumentalização política da Geopolitik, estas ideias anteciparam debates centrais da geopolítica contemporânea, nomeadamente sobre regionalismo, esferas de influência e organização espacial da ordem internacional (O’Loughlin & van der Wusten, 1990, pp. 308-312).

### **1.1. A lógica meridiana das pan-regiões**

Um dos elementos distintivos do pensamento de Haushofer reside na organização predominantemente meridiana (Norte-Sul) das pan-regiões, em contraste com divisões latitudinais. Esta orientação decorre diretamente de princípios estruturantes da sua geopolítica, nos quais o espaço é entendido como fator determinante da autonomia, da complementaridade económica e da estabilidade estratégica.

Em primeiro lugar, as pan-regiões assentam no princípio da continentalidade vertical, sendo concebidas como grandes espaços capazes de articular zonas industriais e tecnológicas do Norte com espaços meridionais dotados de matérias-primas, potencial agrícola e profundidade estratégica. Esta integração Norte-Sul permitiria reduzir vulnerabilidades externas e reforçar a coesão interna de cada pan-região (Dias, 2005).

Em segundo lugar, a lógica meridiana responde ao princípio da autossuficiência espacial (Großraumdenken). A extensão vertical dos grandes espaços possibilitava o acesso a climas distintos, a uma base agrícola e mineral diversificada e à complementaridade económica interna, reduzindo a dependência face a outras regiões de poder e aumentando a capacidade de resistência a bloqueios externos.

Por fim, a estrutura meridiana das pan-regiões reflete de forma clara o contexto colonial europeu do início do século XX. Este elemento é particularmente visível na formulação da Pan-Euro-África, concebida como um eixo Europa-África sob liderança alemã. Neste modelo, o continente africano era entendido como fornecedor estratégico de matérias-primas para a base industrial europeia, lógica que, embora hoje contestada, continua a manifestar-se sob novas formas de competição económica e geopolítica envolvendo potências como a China, a Índia e os Estados Unidos (Cohen, 2009).

### **1.2. Caracterização das pan-regiões**

De forma esquemática, as pan-regiões identificadas por Haushofer podem ser descritas do modo seguinte (cf. figura 1):

- Pan-América, com os Estados Unidos como Estado-diretor, abrangendo todo o continente americano, do Alasca à Patagónia, incluindo os arquipélagos adjacentes. Esta conceção pode ser associada, em termos contemporâneos, a iniciativas como a tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Bonfim, 2005);
- Pan-Euro-África, liderada pela Alemanha, integrando a Europa, o continente africano e áreas adjacentes do Médio Oriente. Esta formulação foi contestada por outros geopolíticos, como Saul Bernard Cohen, que questionou a coerência espacial de certas associações regionais, nomeadamente a inclusão da América do Sul na

órbita direta dos Estados Unidos ou a proximidade funcional entre Europa e África (Dias, 2005; Cohen, 2009);

- Pan-Rússia, englobando o espaço da antiga União Soviética, excluindo a Sibéria, partes do Irão e o Afeganistão, e incluindo a Índia, com o objetivo estratégico de assegurar acesso a mares quentes, particularmente ao Oceano Índico - uma ambição recorrente da geopolítica russa desde Pedro, o Grande (Bonfim, 2005; Dias, 2005);

- Pan-Ásia Oriental, com o Japão como Estado-diretor no contexto histórico original, abrangendo a Ásia Oriental, o Sudeste Asiático, a Austrália e os principais arquipélagos do Pacífico, numa lógica que antecipou a chamada “área de co-prosperidade da Grande Ásia Oriental” (Bonfim, 2005; Dias, 2005).

A influência do pensamento de Halford Mackinder, nomeadamente o conceito de Heartland e da Ilha Mundial, é igualmente visível na formulação de Haushofer. A importância do controlo do espaço eurasiático e das suas portas de acesso influenciou o seu princípio de hegemonia mundial, entendido como uma forma de “paz pela hegemonia”, alcançada através de um jogo de alianças entre Estados-diretores (Dias, 2005, p. 135). Este jogo previa três eixos principais (Berlim-Roma, Berlim-Moscovo e Berlim-Tóquio) e vários eixos secundários, configurando uma arquitetura geopolítica destinada a sustentar a estabilidade através do equilíbrio entre grandes espaços.

Como o próprio autor sublinha, estas teses devem ser analisadas com flexibilidade e depuradas do seu geografismo normativista. Em moldes distintos e adaptados às condições do século XXI, o pensamento de Haushofer conserva utilidade enquanto padrão analítico da dinâmica espacial do poder, sobretudo quando articulado com abordagens posteriores que valorizam a conjugação entre poder terrestre e marítimo, como as de Spykman e Saul B. Cohen (Dias, 2005).

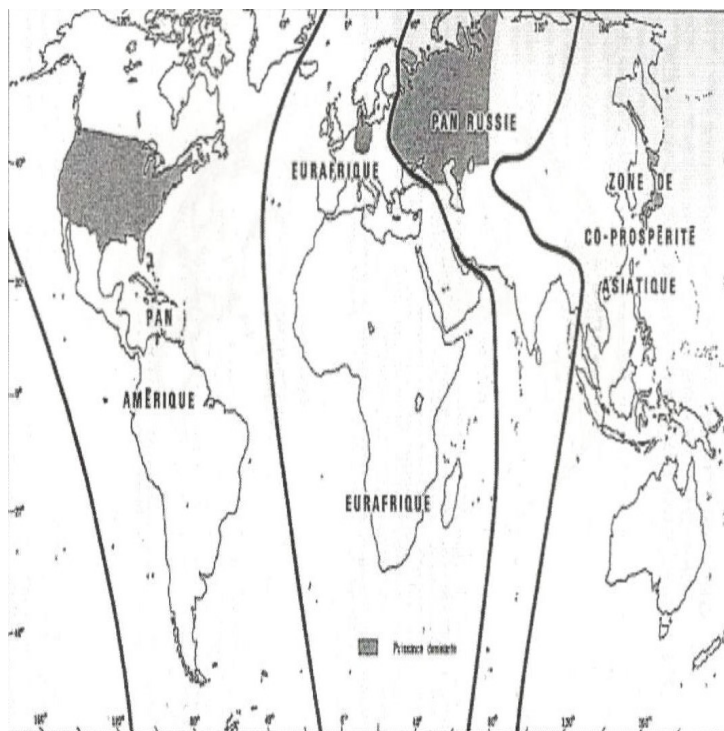


Figura 1 – As Pan-Regiões de Karl Haushofer

(representação esquemática).

Fonte: Elaboração própria, com base em Haushofer (1931; 1939), Dias (2005), Bonfim (2005) e Cohen (2009)

Importa sublinhar que as linhas que delimitam as pan-regiões não devem ser interpretadas como fronteiras políticas rígidas nem como projeções territoriais juridicamente definidas. Em consonância com a abordagem metodológica adotada neste artigo, essas delimitações correspondem a zonas de transição e de sobreposição funcional, conceptualizadas de forma flexível e orientadas segundo uma lógica predominantemente vertical (Norte-Sul). Esta opção cartográfica reflete uma concepção relacional do espaço geopolítico, na qual o território é analisado enquanto variável da dinâmica do poder e não como entidade fixa. Conseqüentemente, a cartografia das pan-regiões assume um carácter analítico e não normativo, funcionando como instrumento heurístico para a interpretação de padrões de organização espacial do poder e de influência regional, tal como evidenciado nos estudos de caso analisados, e não como modelo prescritivo de ordenamento do sistema internacional.

## 2. Estudos de Caso

### 2.1. China e a Iniciativa Belt and Road

A Iniciativa Belt and Road (BRI) constitui o mais ambicioso projeto contemporâneo de

reorganização espacial liderado por uma grande potência. Lançada oficialmente em 2013, a iniciativa ultrapassa largamente a dimensão de um programa económico ou infraestrutural, devendo ser entendida como um instrumento central da projeção geopolítica chinesa e da estruturação de um vasto espaço de influência funcional à escala euro-asiática e sul-global (Kaplan, 2012, pp. 210-218; Rolland, 2017, pp. 1-9). Através do financiamento de infraestruturas críticas, da integração logística e da criação de corredores económicos, a China procura moldar padrões de conectividade, dependência e circulação que reforçam a sua posição enquanto potência diretora de uma grande região de poder (Summers, 2016; Fallon, 2015).

Do ponto de vista geopolítico, a BRI responde a três objetivos estratégicos principais. Em primeiro lugar, visa reduzir a vulnerabilidade estrutural da China associada à dependência de rotas marítimas potencialmente controladas por potências externas, diversificando os eixos de ligação terrestre e marítima e mitigando riscos estratégicos associados ao domínio das potências marítimas tradicionais (Mearsheimer, 2014, pp. 360-368; Kaplan, 2012, pp. 215-220). Em segundo lugar, a iniciativa permite projetar capacidade económica, financeira e tecnológica excedentária, consolidando relações de dependência assimétrica com Estados parceiros e reforçando a centralidade chinesa em cadeias de valor regionais e trans-regionais (Agnew, 2019, pp. 54-60; Rolland, 2017, pp. 45-52). Em terceiro lugar, a BRI contribui para a afirmação da China enquanto potência estruturante de um grande espaço geopolítico, articulando economias, territórios e corredores estratégicos numa lógica pan-regional funcional que excede, em termos de escala e complexidade, a pan-região originalmente concebida por Haushofer, ainda que sem delimitações territoriais rígidas (Cohen, 2008, pp. 40-47).

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia introduziu constrangimentos relevantes a alguns dos corredores terrestres da BRI, em particular aos que ligavam diretamente a China à Europa através do espaço russo e da Europa Oriental. As sanções económicas, o agravamento do risco político e a deterioração das relações sino-europeias reduziram a previsibilidade e a atratividade desse eixo específico (Kaplan, 2022; Mearsheimer, 2022). Contudo, longe de comprometer o projeto no seu conjunto, o conflito funcionou como um acelerador da adaptação estratégica da BRI, reforçando a sua flexibilidade e capacidade de reconfiguração espacial (Rolland, 2020).

Observa-se, neste contexto, um reforço da Rota Marítima da Seda, uma maior incidência no Médio Oriente, em África e no Sul da Ásia, bem como uma crescente integração da iniciativa com o denominado Sul Global. Esta evolução confirma que a BRI não deve ser interpretada como um sistema linear ou territorialmente fechado, mas como uma arquitetura geopolítica adaptativa, capaz de reorientar fluxos, corredores e prioridades em função das condições sistémicas da ordem internacional (Summers, 2016; Cohen, 2008, pp. 52-60). A consolidação funcional do espaço liderado pela China ocorre, assim, através de mecanismos de conectividade, financiamento e influência, mais do que pela imposição de fronteiras políticas formais, o que a torna particularmente compatível com a lógica contemporânea de organização desigual do poder à escala global.

## **2.2. Rússia, guerra e reposicionamento eurasiático**

A guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia acelerou tendências estruturais já presentes no espaço eurasiático liderado por Moscovo, expondo simultaneamente fragilidades e capacidades persistentes da Rússia enquanto grande ator do Sistema Político Internacional (SPI). O conflito produziu um enfraquecimento significativo da posição económica e tecnológica russa, em grande medida devido ao impacto das sanções internacionais, à perda de acesso a mercados ocidentais, à retração do investimento externo e à limitação do acesso a tecnologias críticas nos setores energético, industrial e militar (Mearsheimer, 2014, pp. 147-178; Tooze, 2022; Kaplan, 2022). Este contexto conduziu a um aumento da dependência económica, financeira e tecnológica da Rússia em relação à China, particularmente nos domínios da energia, das infraestruturas, do financiamento e da substituição de importações estratégicas.

Todavia, este enfraquecimento relativo não equivale à perda de autonomia estratégica plena. A Rússia mantém características estruturais que sustentam a sua posição enquanto grande região de poder: estatuto de potência nuclear, capacidade militar autónoma, profundidade territorial, controlo de vastos recursos energéticos e influência persistente em vários teatros regionais, nomeadamente na Ásia Central, no Cáucaso, no Médio Oriente e em partes de África (Kaplan, 2012, pp. 123-130; Cohen, 2008, pp. 172-180; Trenin, 2019). Estes fatores impedem a sua transformação num mero espaço subordinado ou periférico, apesar do agravamento da assimetria face a Pequim.

A relação sino-russa deve, por isso, ser interpretada como uma associação assimétrica entre grandes regiões de poder, fundada numa lógica de complementaridade funcional e pressão sistémica comum, e não como um processo de absorção ou subordinação direta (Agnew, 2019, pp. 64-70; Lo, 2022). A China beneficia do acesso privilegiado a recursos energéticos, matérias-primas e profundidade estratégica proporcionados pelo espaço russo; a Rússia, por sua vez, encontra na China um parceiro indispensável para mitigar o isolamento internacional, diversificar mercados de exportação e preservar margem de manobra estratégica face ao Ocidente. Esta relação contribui para a consolidação funcional do espaço liderado por Pequim, enquanto limita a capacidade russa de se afirmar como polo pan-regional plenamente autónomo.

Do ponto de vista pan-regional, a guerra contribuiu para transformar a Rússia de potencial ponte entre a Europa e a Ásia num espaço de retaguarda estratégica da pan-região asiática, alterando de forma duradoura o equilíbrio eurasiático. Esta reconfiguração não resulta de uma escolha exclusivamente voluntária de Moscovo, mas de uma combinação de constrangimentos sistémicos, pressão externa e opções estratégicas de curto prazo. A Rússia permanece, assim, um ator central da Eurásia, mas cada vez mais integrada numa arquitetura regional marcada pela primazia chinesa e por uma distribuição desigual do poder à escala continental (Cohen, 2008; Trenin, 2023).

## **2.3. Estados Unidos e gestão da ordem regional**

A estratégia dos Estados Unidos distingue-se dos casos anteriores por não visar a construção explícita de uma nova pan-região, mas a preservação, adaptação e gestão da ordem regional e sistémica existente. Enquanto potência hegemónica global, os Estados Unidos procuram assegurar a coesão da sua própria região de poder e impedir a emergência de regiões rivais plenamente autónomas capazes de desafiar a hierarquia do Sistema Político Internacional (SPI) (Mearsheimer, 2014, pp. 29-35; Ikenberry, 2011, pp. 18-25). Esta orientação encontra expressão clara na National Security Strategy (NSS) mais recente, que identifica explicitamente a competição entre grandes potências como o eixo estruturante da política externa e de segurança norte-americana (White House, 2022).

A NSS de 2022 consagra uma leitura do sistema internacional marcada pela distinção entre potências revisionistas e uma ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, assumindo como objetivo central a contenção de atores capazes de alterar os equilíbrios regionais e sistémicos existentes. Esta formulação não traduz um regresso ao isolacionismo clássico, mas antes uma reafirmação da lógica de primazia regional combinada com projeção global seletiva, em linha com uma interpretação contemporânea da Doutrina Monroe. Tal como no século XIX, os Estados Unidos procuram garantir a exclusividade do seu espaço hemisférico, enquanto intervêm externamente apenas quando os equilíbrios regionais críticos ameaçam repercutir-se à escala sistémica (Mead, 2014; Brands, 2018).

Os desenvolvimentos recentes no espaço latino-americano, e em particular na Venezuela, reforçam esta leitura de uma reatualização funcional da lógica monroísta. A crescente instabilidade política interna venezuelana, conjugada com a presença e o apoio de atores extra-hemisféricos como a Rússia, a China e o Irão, tem sido interpretada por Washington não apenas como uma crise regional, mas como um desafio direto à exclusividade estratégica norte-americana no hemisfério ocidental. A resposta diplomática, económica e securitária dos Estados Unidos evidencia que, ao contrário do que ocorre em outros teatros onde a instabilidade pode ser tolerada ou administrada, a consolidação de influências estratégicas adversas no espaço americano é considerada inaceitável. Este padrão confirma que a Pax Americana contemporânea opera segundo uma hierarquização espacial clara, na qual o hemisfério ocidental assume estatuto de núcleo vital, sujeito a um grau de vigilância e intervenção substancialmente superior ao aplicado noutras regiões do sistema internacional (Mead, 2014; Brands, 2018; Kaplan, 2012).

No Indo-Pacífico, esta estratégia traduz-se numa presença ativa e multifacetada, combinando alianças militares formais, mecanismos de concertação estratégica e acordos de cooperação tecnológica avançada. Instrumentos como o Quadrilateral Security Dialogue (Quad), que reúne Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália enquanto plataforma informal de coordenação estratégica, e o acordo AUKUS, um pacto de segurança trilateral entre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália com forte incidência militar e tecnológica, ilustram esta abordagem diferenciada de contenção e dissuasão face à projeção chinesa na região (Kaplan, 2012; Cohen, 2008; White House, 2022). A reafirmação de compromissos bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália refletem a aplicação concreta das orientações da NSS, visando limitar a capacidade da

China de estruturar um espaço regional plenamente autónomo, sem recorrer a confrontação direta (Kaplan, 2012, pp. 197-205; Cohen, 2008, pp. 92-100). O objetivo central é preservar a liberdade de manobra norte-americana e o controlo dos principais nós marítimos, tecnológicos e estratégicos do sistema internacional.

No espaço europeu, a estratégia norte-americana assume uma configuração distinta, igualmente coerente com a NSS. Em vez de uma presença direta unilateral dominante, privilegia-se a utilização de arquiteturas institucionais e normativas – designadamente a NATO, o conceito de segurança euro-atlântica e a harmonização discursiva entre aliados – que limitam a emergência de uma autonomia estratégica europeia plena. A Estratégia de Segurança Nacional sublinha a centralidade das alianças como multiplicadores de poder, mas fá-lo num quadro em que a liderança estratégica permanece concentrada em Washington (White House, 2022). Esta opção contribui para manter a Europa integrada numa ordem de segurança liderada pelos Estados Unidos, reduzindo a probabilidade de consolidação de uma pan-região euro-africana autónoma e politicamente coerente (Agnew, 2003; Ikenberry, 2011).

A recente nomeação de um representante especial norte-americano para acompanhar os desenvolvimentos na Gronelândia reforça esta leitura hierárquica da relação transatlântica. Apesar de a Gronelândia integrar formalmente o Reino da Dinamarca – Estado-membro da NATO e aliado próximo dos Estados Unidos –, Washington opta por uma abordagem bilateral direta, destacando o território da lógica europeia mais ampla. Este comportamento evidencia que, mesmo no interior de alianças institucionais consolidadas, os Estados Unidos distinguem entre espaços aliados genericamente integrados e territórios considerados estrategicamente críticos. A Gronelândia, pela sua centralidade no Ártico, no controlo do Atlântico Norte e na contenção da projeção russa e chinesa, é tratada como extensão funcional do núcleo estratégico norte-americano, mais próxima da lógica hemisférica do que da dinâmica europeia propriamente dita (Kaplan, 2012, pp. 73-94; Cohen, 2008, pp. 210-223). Este padrão confirma que a NATO não elimina a hierarquia estratégica, antes a enquadra, permitindo aos Estados Unidos preservar controlo diferenciado sobre espaços-chave, mesmo quando estes se encontram formalmente sob soberania de aliados europeus (Agnew, 2003; Ikenberry, 2011).

Neste enquadramento, a atuação norte-americana deve ser entendida como uma forma de gestão seletiva e hierárquica da ordem regional e sistémica, e não como um projeto de pacificação universal. A chamada “nova Pax Americana” assenta na administração diferenciada da estabilidade: os Estados Unidos procuram estabilizar os espaços cuja instabilidade comporta riscos sistémicos elevados – como o Indo-Pacífico e a Europa Oriental –, enquanto toleram ou instrumentalizam tensões controladas em regiões periféricas ou na sua vizinhança imediata, desde que estas não desafiem a hierarquia global existente. Esta lógica, explicitamente assumida na NSS, confirma que a Pax Americana contemporânea se define menos pela eliminação de conflitos e mais pelo controlo da sua localização, intensidade e efeitos sistémicos (Kaplan, 2012, pp. 15-20; Mearsheimer, 2014, pp. 2-10).

### **3. Discussão: Organização Desigual do Poder e Gestão da Ordem Internacional**

A análise comparativa dos estudos de caso evidencia que o sistema internacional contemporâneo não se encontra organizado segundo um equilíbrio estável entre grandes regiões de poder plenamente consolidadas. Em vez disso, observa-se uma organização desigual do espaço global, na qual algumas regiões apresentam elevados níveis de coerência estratégica e capacidade de direção política, enquanto outras permanecem estruturalmente incompletas ou bloqueadas por constrangimentos institucionais e políticos internos. Esta configuração afasta-se do ideal de equilíbrio pan-regional concebido por Karl Haushofer, mas não invalida a utilidade analítica do seu pensamento quando reinterpretado de forma crítica, histórica e contextualizada.

Como sublinha Freitas (2004), o conceito de pan-região deve ser entendido sobretudo como um instrumento prospetivo de análise da organização do poder mundial, e não como um modelo rígido ou normativo de ordenamento internacional. Ao antecipar a sucessão de diferentes “idades geopolíticas” - Mediterrânica, Atlântica e, posteriormente, Pacífica - procurou-se captar deslocamentos estruturais do centro de gravidade económico e estratégico do sistema internacional. Esta intuição revela-se particularmente pertinente no contexto contemporâneo, marcado pelo deslocamento progressivo do dinamismo económico, tecnológico e estratégico para a Ásia-Pacífico (Freitas, 2004; Cohen, 2008).

Neste espaço, verifica-se uma concretização parcial dessa visão prospetiva. A ascensão da República Popular da China, sustentada por um modelo político caracterizado pela concentração da liderança, continuidade estratégica e controlo centralizado do poder, permitiu a Pequim estruturar uma vasta zona de influência funcional, orientada predominantemente por instrumentos económicos, comerciais e infraestruturais. Como observa Freitas (2004), a China do século XXI tem procurado assegurar uma “zona limite estável”, combinando liberalização económica com manutenção do controlo político central, evitando ruturas internas que comprometam a coerência estratégica do Estado.

Esta estabilidade relativa, conjugada com a presença estruturante dos Estados Unidos no Indo-Pacífico e com mecanismos multilaterais como a APEC, o Quad ou acordos de segurança diferenciados, tem permitido a emergência de uma forma de paz funcional, baseada menos na resolução de rivalidades históricas e mais na gestão da interdependência económica e na contenção estratégica recíproca (Kaplan, 2012; Cohen, 2008). Trata-se de uma estabilidade pragmática, assente no cálculo estratégico e não num consenso normativo profundo.

Um elemento transversal às regiões que lograram maior grau de consolidação reside na existência de estruturas de poder politicamente concentradas, capazes de assegurar coerência decisória e continuidade estratégica ao longo do tempo. Tanto no espaço pan-pacífico, atualmente liderado pela China, como no espaço eurasiático associado à Rússia, a concentração do poder político e estratégico permite alinhar instrumentos económicos,

militares e diplomáticos em torno de uma orientação regional relativamente clara. Esta constatação reforça a ideia de que a consolidação de grandes espaços de poder depende menos da mera disponibilidade de recursos materiais e mais da capacidade de liderança política concentrada e sustentada (Mearsheimer, 2014; Kaplan, 2012).

Em contraste, o espaço euro-africano permanece marcado por uma fragmentação decisória profunda no seu núcleo potencial de liderança. Apesar de dispor de capacidades económicas, tecnológicas e demográficas significativas, a Alemanha - e, por extensão, a União Europeia - não conseguiu converter esses recursos em direção estratégica efetiva. A dispersão de soberania, a ausência de consenso político interno e a dependência estrutural de enquadramentos externos, nomeadamente no domínio da segurança, limitam a emergência de uma Pan-Euro-África politicamente coerente. Esta fragilidade confirma a observação de Freitas (2004) segundo a qual o conceito de "Estados-diretores" continua a ser central para compreender a organização do poder mundial, bem como as dificuldades estruturais de certos espaços em assumir esse papel.

O agrupamento do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) à luz da literatura estratégica recente reforça a ideia de que a multipolaridade contemporânea é estruturalmente fragmentada e assimétrica. Em *The Waste Land*, Robert D. Kaplan argumenta que o sistema internacional entrou numa fase de declínio da ordem, caracterizada pela erosão de estruturas estabilizadoras, pela proliferação de crises regionais interligadas e pela ausência de polos alternativos capazes de gerar uma arquitetura global coerente (Kaplan, 2025). Para o autor, a emergência de agrupamentos como os BRICS reflete menos a consolidação de uma nova ordem multipolar do que a desagregação progressiva da ordem existente.

Embora os BRICS agreguem Estados com peso demográfico, económico e geopolítico significativo, o grupo carece de continuidade espacial integrada, liderança política centralizada e projeto estratégico comum. As profundas assimetrias internas - entre China e os restantes membros, entre potências nucleares e economias emergentes, e entre interesses regionais divergentes - impedem a sua transformação num verdadeiro grande espaço de poder. Na leitura de Kaplan, trata-se de uma coligação de conveniência, funcional enquanto plataforma diplomática de contestação simbólica à ordem liberal ocidental, mas incapaz de estruturar uma alternativa sistémica duradoura (Kaplan, 2025).

Esta interpretação converge com a leitura pan-regional aqui proposta: os BRICS não constituem uma pan-região no sentido haushoferiano reinterpretado, mas antes um agregado de Estados inseridos em pan-regiões distintas - predominantemente na pan-região asiática liderada pela China - sem capacidade de gerar coerência estratégica autónoma. A sua existência confirma que, no século XXI, a fragmentação da ordem internacional não conduz automaticamente a um equilíbrio entre grandes espaços, mas a uma paisagem geopolítica marcada por instabilidade estrutural, competição difusa e liderança desigual.

A tendência contemporânea para a constituição de grandes blocos económicos regionais

- como a União Europeia, a ASEAN, o MERCOSUL ou o antigo NAFTA - parece, *mutatis mutandis*, corroborar a lógica dos “grandes espaços” antecipada por Haushofer. Contudo, como advertiu Therezinha de Castro, esta ordenação não conduz necessariamente à estabilidade global, podendo antes reforçar uma especialização territorial assimétrica à escala planetária, estruturada segundo um eixo Norte-Sul, no qual os espaços meridionais permanecem predominantemente como fornecedores de matérias-primas e recursos estratégicos para os centros industriais desenvolvidos (Castro, apud Freitas, 2004).

Neste contexto, o esforço recente para a celebração de um acordo de associação entre a União Europeia e o MERCOSUL pode ser interpretado menos como um desafio estrutural à dominância norte-americana no continente americano e mais como uma tentativa europeia de projeção económica num espaço tradicionalmente integrado na Pan-América liderada pelos Estados Unidos. Embora o acordo possa introduzir alguma diversificação comercial e normativa para os Estados sul-americanos, ele não altera os fundamentos geopolíticos da ordem hemisférica, nomeadamente nos domínios da segurança, das alianças estratégicas e da arquitetura financeira internacional, que permanecem largamente sob influência norte-americana (Agnew, 2003; Kaplan, 2012, pp. 86-94). A União Europeia intervém neste espaço enquanto ator económico fragmentado, desprovido de capacidade de direção estratégica pan-regional, o que limita o alcance sistémico da sua presença extra-regional (Ikenberry, 2011, pp. 18-25). Assim, longe de subverter a lógica hemisférica norte-americana, o acordo UE-MERCOSUL tende a reproduzir uma forma alternativa de inserção Norte-Sul assimétrica, confirmando a observação de Therezinha de Castro segundo a qual a constituição de grandes blocos regionais não conduz necessariamente à estabilidade nem à autonomia dos espaços meridionais, mas antes à reconfiguração das suas dependências no interior da ordem global existente (Castro, apud Freitas, 2004; Cohen, 2008, pp. 55-63).

No contexto euro-africano, esta dinâmica assume particular relevância. Virgílio de Carvalho alertou para os riscos de uma nova forma de projeção europeia sobre África, orientada pela necessidade de assegurar recursos naturais essenciais, bem como para a crescente presença norte-americana em espaços estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, associada à segurança energética e ao controlo de hidrocarbonetos (Carvalho, apud Freitas, 2004). Estas observações reforçam a ideia de que a organização contemporânea dos grandes espaços se faz cada vez mais por meios económicos, financeiros e estratégicos, e não através de formas clássicas de dominação territorial direta.

Em síntese, a leitura pan-regional, reinterpretada à luz da geopolítica contemporânea, permite compreender por que razão a ordem internacional atual se caracteriza menos por um equilíbrio estável entre grandes regiões e mais por uma configuração assimétrica, na qual liderança política concentrada, interdependência económica e gestão hegemónica da instabilidade se combinam para moldar a estrutura do poder global.

### **3.1. Liderança política concentrada e consolidação pan-regional**

A evidência empírica sugere que as regiões de poder que apresentam maior grau de coerência estratégica no sistema internacional contemporâneo são, em regra, dirigidas por sistemas políticos caracterizados por elevada concentração decisória, reduzida fragmentação institucional e continuidade estratégica no exercício do poder. Estas características permitem definir prioridades de longo prazo, assumir custos estratégicos significativos e impor orientações regionais consistentes, mitigando os efeitos de ciclos políticos curtos ou de estrangimentos internos excessivos (Mearsheimer, 2014; Kaplan, 2012).

Importa sublinhar que esta constatação não constitui uma avaliação normativa dos regimes políticos em causa, mas uma análise funcional da relação entre forma de exercício do poder e capacidade de organização espacial. Regimes altamente pluralistas, com dispersão decisória e múltiplos níveis de autoridade concorrentes, tendem a enfrentar maiores dificuldades na conversão de poder económico e tecnológico em direção política coerente à escala regional. Em contraste, sistemas de autoridade política mais concentrada revelam vantagens claras na articulação integrada de instrumentos económicos, militares e diplomáticos, condição essencial para a consolidação de grandes espaços de poder (Agnew, 2019).

Em contraste, a Pan-Euro-África permanece estruturalmente incompleta, não por ausência de capacidades económicas, tecnológicas ou demográficas, mas pela inexistência de uma liderança política suficientemente concentrada e autónoma no seu núcleo potencial. Como sublinha Sergio Fabbrini, a União Europeia constitui um sistema político híbrido, dotado de elevada capacidade regulatória e económica, mas privado de autoridade executiva central nos domínios decisivos da soberania, nomeadamente a política externa, a segurança e a defesa (Fabbrini, 2015, pp. 3-7). Esta arquitetura impede a conversão do peso material europeu em direção a uma política unificada.

Neste sentido, a consolidação de uma Pan-Euro-África enquanto grande região de poder pressuporia, em termos estruturais, uma transformação da União Europeia num ente federativo dotado de autoridade política central, autonomia estratégica e capacidade decisória unificada. Como argumenta Jolyon Howorth, sem uma federação política capaz de sustentar uma defesa comum e uma política externa coerente, a Europa permanece condenada a uma forma de dependência estratégica estrutural, independentemente da sua prosperidade económica (Howorth, 2014, pp. 56-63).

A persistência do atual modelo intermédio - descrito por Jan Zielonka como uma polity fragmentada e pós-soberana - permite à União Europeia exercer influência normativa e regulatória, mas limita severamente a sua capacidade de atuar como polo geopolítico autónomo num sistema internacional marcado pela competição entre grandes potências (Zielonka, 2014, pp. 21-28). Nesta perspetiva, a incompletude da Pan-Euro-África não constitui uma anomalia conjuntural, mas um estrangimento estrutural da ordem europeia contemporânea.

Esta fragilidade estrutural é particularmente relevante num contexto de competição sistémica. Como observa Mearsheimer, em sistemas internacionais dominados por grandes potências, apenas Estados – ou entidades politicamente equivalentes – dotados de soberania decisória plena conseguem afirmar-se como polos regionais autónomos; arranjos institucionais fragmentados tendem, inevitavelmente, a ser subordinados a potências externas mais coesas (Mearsheimer, 2014, pp. 61-68).

### **3.2. Liderança concentrada, Pax Americana e reconfiguração hemisférica da ordem internacional**

A gestão norte-americana da ordem internacional não é indiferente à assimetria observável entre as grandes regiões de poder contemporâneas. A chamada “nova Pax Americana” revela uma relação estruturalmente ambígua com lideranças políticas fortemente centralizadas: por um lado, essas lideranças são toleradas ou instrumentalizadas quando contribuem para a estabilidade hierárquica do sistema internacional; por outro, tendem a ser constrangidas sempre que ameaçam produzir polos regionais plenamente autónomos capazes de desafiar a primazia estratégica dos Estados Unidos. Esta ambiguidade não decorre de incoerência estratégica, mas de uma lógica de gestão sistémica do poder, orientada para a preservação da posição hegemónica norte-americana num contexto de competição entre grandes potências (Mearsheimer, 2014, pp. 2-10).

Esta lógica encontra expressão explícita nas mais recentes National Security Strategy dos Estados Unidos. A Estratégia de 2017 formalizou o regresso da “competição entre grandes potências” como eixo estruturante da política externa e de segurança norte-americana, identificando a China e a Rússia como principais desafiantes estratégicos (White House, 2017). A National Security Strategy de 2022 aprofunda este enquadramento, assumindo que o sistema internacional entrou numa fase de competição estratégica prolongada, na qual os Estados Unidos devem priorizar a defesa dos seus interesses vitais, a resiliência do seu espaço doméstico e a contenção de potências revisionistas com capacidade sistémica (White House, 2022).

Neste contexto, observa-se uma reorientação estratégica seletiva que, embora não configure um regresso formal à Doutrina Monroe, revela afinidades estruturais claras com a sua lógica fundamental. Tal como no enunciado original de 1823, a estratégia norte-americana contemporânea atribui prioridade acrescida ao controlo político, económico e securitário do espaço hemisférico americano, encarado como núcleo vital da projeção de poder global. A crescente atenção à segurança das cadeias de abastecimento, à relocalização industrial (reshoring e nearshoring), ao controlo de infraestruturas críticas e à limitação da influência de potências extra-hemisféricas na América Latina pode ser interpretada como uma reatualização funcional da lógica monroísta, adaptada às condições da globalização e da interdependência contemporâneas (Kaplan, 2012, pp. 86-94; Agnew, 2019, pp. 102-109).

Esta reconfiguração não traduz isolacionismo nem abandono da liderança global, mas antes uma tentativa de recentralização estratégica, na qual os Estados Unidos procuram gerir seletivamente os seus compromissos externos, distinguindo entre teatros considerados vitais e espaços onde a instabilidade pode ser tolerada ou administrada. A Pax Americana contemporânea deve, assim, ser entendida como uma ordem hierárquica e espacialmente diferenciada, na qual a estabilidade é promovida prioritariamente no núcleo considerado essencial para a primazia norte-americana.

Neste quadro, a ausência de uma liderança europeia concentrada não constitui apenas um défice interno do espaço euro-africano, mas também um fator estruturalmente compatível com a manutenção da arquitetura euro-atlântica liderada pelos Estados Unidos. A fragmentação decisória europeia reduz a probabilidade de emergência de uma Pan-Euro-África politicamente coerente e limita a necessidade de uma reconfiguração profunda das estruturas de segurança existentes. A dependência europeia da NATO e da garantia de segurança norte-americana insere-se, assim, numa lógica mais ampla de gestão hierárquica da ordem internacional, na qual a autonomia estratégica plena de potenciais polos regionais é cuidadosamente condicionada (Agnew, 2019, pp. 88-94).

Longe de constituir um projeto de pacificação universal, a Pax Americana contemporânea deve ser entendida como um modelo de gestão seletiva da instabilidade, no qual o objetivo central não é eliminar conflitos, mas controlar a sua localização, intensidade e potencial de escalada, evitando perturbações sistémicas suscetíveis de comprometer a hierarquia global existente. A coexistência entre estabilidade no núcleo e instabilidade administrada na periferia constitui, assim, um dos mecanismos estruturantes da ordem internacional liderada pelos Estados Unidos (Kaplan, 2012, pp. 15-20).

Esta lógica entra, contudo, em tensão com o ideal haushoferiano de equilíbrio pan-regional. Enquanto Haushofer concebia a estabilidade global como resultado da coexistência equilibrada de grandes regiões relativamente autónomas, cada uma dotada de liderança política clara, a estratégia norte-americana contemporânea tende a limitar a consolidação plena de regiões equivalentes, favorecendo a manutenção de espaços politicamente fragmentados ou dependentes. É neste sentido que o pensamento de Karl Haushofer é mobilizado no presente artigo não como fundamento normativo, mas como modelo histórico de dinâmica espacial do poder, reinterpretado à luz da conceção analítica de geopolítica proposta por Mendes Dias (Haushofer, 1939; Mendes Dias, 2018, p. 42).

A leitura contemporânea da ordem internacional proposta por Robert D. Kaplan reforça a ideia de que a mera agregação de potências emergentes não produz, por si só, uma alternativa coerente à hierarquia global existente. Ao longo da sua obra, Kaplan tem sublinhado que a ordem internacional contemporânea é marcada por fragmentação, competição permanente e pela centralidade da geografia material e da liderança política efetiva, mais do que por arranjos institucionais formais ou coligações flexíveis (Kaplan, 2012; Kaplan, 2022). No seu trabalho mais recente, o autor aprofunda esta leitura ao descrever um sistema internacional em declínio estrutural, no qual crises regionais tendem a interligar-se e a escalar, sem que emergjam blocos alternativos plenamente

capazes de gerar uma nova ordem estável (Kaplan, 2025).

## Conclusão

O presente artigo demonstrou que o conceito de pan-região conserva relevância analítica quando reinterpretado de forma crítica, histórica e dissociada do determinismo normativo que marcou a Geopolitik clássica. Longe de constituírem destinos geográficos inevitáveis ou projetos ideológicos fechados, as pan-regiões podem ser compreendidas como modelos contingentes de organização espacial do poder, cuja concretização depende sobretudo de variáveis políticas, institucionais e estratégicas, e não da geografia em si mesma. Esta leitura permite recuperar o pensamento de Karl Haushofer enquanto instrumento heurístico de análise, sem o confundir com uma proposta normativa de ordenamento internacional.

A análise desenvolvida evidencia que a consolidação funcional de grandes regiões de poder no sistema internacional contemporâneo está estreitamente associada ao tipo de liderança política que as estrutura. As regiões que alcançam maior grau de coerência estratégica são, em regra, dirigidas por sistemas políticos caracterizados por elevada concentração decisória, continuidade estratégica e reduzida fragmentação institucional. Estas características revelam-se decisivas para a conversão de recursos materiais em direção política efetiva e para a sustentação de projetos regionais de longo prazo.

Em particular, a persistente incompletude da Pan-Euro-África revela que a ausência de uma liderança política europeia concentrada não constitui apenas um déficit conjuntural, mas um constrangimento estrutural. A superação desse bloqueio implicaria uma transformação profunda da União Europeia num ente federativo dotado de autoridade política central, autonomia estratégica e capacidade decisória unificada nos domínios essenciais da soberania. Enquanto a União Europeia permanecer num modelo institucional intermédio, incapaz de exercer soberania estratégica plena, a sua capacidade de afirmação enquanto polo pan-regional continuará limitada, com consequências diretas para a sua influência no Sistema Político Internacional.

Este desfazamento contribui para afastar o sistema internacional contemporâneo do ideal haushoferiano de equilíbrio entre grandes regiões relativamente autónomas. Em vez de um sistema pan-regional equilibrado, observa-se uma organização desigual do espaço global, na qual algumas regiões se consolidam funcionalmente, enquanto outras permanecem politicamente fragmentadas, dependentes ou bloqueadas no seu centro de decisão. Esta assimetria constitui uma das principais fontes de tensão estrutural do Sistema Político Internacional, não porque gere diretamente a guerra nos espaços politicamente fragmentados, mas porque desloca a decisão de recorrer à guerra para os polos onde a liderança política é mais concentrada e a capacidade de escalar o conflito é maior. As guerras contemporâneas não emergem da ausência de poder, mas da sua concentração; não resultam do vazio estratégico, mas da existência de centros decisórios capazes de assumir, de forma rápida e continuada, os custos políticos e estratégicos do

recurso à força armada.

Neste enquadramento, a chamada nova Pax Americana emerge não como um projeto de pacificação universal, mas como um modelo de gestão hierárquica e seletiva da ordem internacional. A consolidação de regiões plenamente autónomas é tolerada apenas quando compatível com a hierarquia global existente, sendo condicionada sempre que possa dar origem a polos regionais capazes de desafiar a primazia estratégica dos Estados Unidos. A Pax Americana revela-se, assim, compatível com lideranças políticas fortemente centralizadas em determinadas regiões – desde que funcionalmente integradas ou eficazmente contidas – e simultaneamente beneficiária da fragmentação política europeia enquanto fator de contenção pan-regional. A ausência de uma Pan-Euro-África politicamente coerente não constitui, portanto, apenas um défice interno europeu, mas também um elemento funcional da ordem euro-atlântica contemporânea, reforçado pela recente reorientação estratégica norte-americana para a proteção do seu espaço hemisférico vital.

A reinterpretação crítica do pensamento de Karl Haushofer, articulada com a conceção analítica de Geopolítica proposta por Carlos Manuel Mendes Dias, não oferece uma receita normativa para a paz nem um modelo prescritivo de reorganização do sistema internacional. Oferece, contudo, uma chave explicativa robusta para compreender por que razão, no século XXI, a estabilidade internacional permanece estruturalmente incompleta. Num contexto marcado pela fragmentação da ordem, pela gestão seletiva da instabilidade e pela ausência de um equilíbrio efetivo entre grandes espaços, é na interação entre liderança política concentrada, fragmentação institucional e exercício hegemónico do poder que se encontram algumas das dinâmicas centrais da geopolítica contemporânea – dinâmicas que continuarão a moldar a competição estratégica e a organização do poder mundial nas próximas décadas.

## **Bibliografia**

Agnew, J. (2003). *Geopolitics: Re-visioning world politics* (2nd ed.). Routledge.

Agnew, J. (2019). *Globalization and sovereignty*. Rowman & Littlefield.

Bonfim, A. (2005). *Geopolítica e poder mundial*. Lisboa: Prefácio.

Cohen, S. B. (2008). *Geopolitics: The geography of international relations* (2nd ed.). Rowman & Littlefield.

Carvalho, V. (1999). *Geopolítica e estratégia*. Instituto da Defesa Nacional.

Castro, T. (1997). *Geopolítica: Princípios, meios e fins*. Biblioteca do Exército.

Dias, C. M. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e ensinamentos*. Prefácio.

- Dias, C. M. M. (2018). Geopolítica: Conceptualização clássica. Sílabas & Desafios.
- Dodds, K. (2014). Geopolitics: A very short introduction (2nd ed.). Oxford University Press.
- Fabbrini, S. (2015). Which European Union? Europe after the euro crisis. Cambridge University Press.
- Fallon, T. (2015). China's pivot to Eurasia. *American Foreign Policy Interests*, 37(2), 92-99.
- Fernandes, A. J. (2003). Geopolítica: conceitos fundamentais. Lisboa: ISCSP.
- Freitas, J. M. C. (2004). O pensamento de Haushofer no século XXI. *Revista Militar*, 2434, 1-17. <http://www.revistamilitar.pt/artigo/439>
- Haushofer, K. (1939). Geopolitics of the Pacific Ocean: Studies on the relationship between geography and history. Alfred A. Knopf.
- Howorth, J. (2014). Security and defence policy in the European Union (2nd ed.). Palgrave Macmillan.
- Kaplan, R. D. (2012). The revenge of geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate. Random House.
- Kaplan, R. D. (2022). The looming tower of Eurasia. Random House.
- Kaplan, R. D. (2025). The Waste Land: On the decline of the international order and the coming age of disorder. New York: Random House.
- Lo, B. (2022). Russia and the new world disorder. Brookings.
- Mearsheimer, J. J. (2014). The tragedy of great power politics (Updated ed.). W. W. Norton & Company.
- O'Loughlin, J., & van der Wusten, H. (1990). The political geography of pan-regions. *Political Geography Quarterly*, 9(3), 305-318. [https://doi.org/10.1016/0260-9827\(90\)90006-V](https://doi.org/10.1016/0260-9827(90)90006-V)
- Rolland, N. (2017). China's Eurasian century? Political and strategic implications of the Belt and Road Initiative. NBR.
- Rolland, N. (2020). The Belt and Road Initiative after COVID-19. *Survival*, 62(5), 85-106.
- Sequeira, J. M. D. (2014). As teorias geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, n.º 6, 287-317. *As Teorias Geopolíticas e Portugal (revistamilitar.pt)*.
- Summers, T. (2016). China's 'New Silk Roads'. *Third World Quarterly*, 37(9), 1628-1646.

Tooze, A. (2022). Sanctions and the global economy. *Foreign Affairs*, 101(5).

Trenin, D. (2019). *Russia*. Polity Press.

Trenin, D. (2023). Russia's changing strategic posture. *Survival*, 65(2).

White House. (2017). *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC.

White House. (2022). *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC.

Zielonka, J. (2014). *Is the EU doomed?* Polity Press.